

Ouro que dá ouro

Os Jogos Pan-Americanos 2003 comprovam: o dinheiro recebido pelas confederações por meio da Lei Agnelo-Piva (de autoria dos então senador Pedro Piva, PSDB/SP, e deputado Agnelo Queiroz, PCdoB/DF) – que criou um sistema inédito de financiamento regular baseado na distribuição de parte da arrecadação das loterias federais para o esporte olímpico brasileiro – tem gerado um crescimento do número de medalhas de algumas das modalidades contempladas.

“O esporte brasileiro nunca recebeu tanto dinheiro”, afirma o presidente do COB, Carlos Nuzman, ao falar sobre a Lei Agnelo-Piva. Implementada em janeiro de 2002, essa lei destina 2% da arrecadação das loterias federais para o esporte. Oitenta e cinco por cento são repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 15% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Os comitês repassam as verbas para as confederações, que são as entidades pelas modalidades esportivas.

Os recursos foram bem aplicados e permitiram um crescimento real: os resultados técnicos alcançados pelos atletas e o aumento da qualidade de gestão pelas confederações no ano passado, superaram as expectativas.

Em 2002, foram repassados R\$ 19 milhões para as confederações. Este ano o aumento na arrecadação das loterias já garantiu um repasse de R\$ 16 milhões só no primeiro semestre.

O dinheiro do repasse permitiu a modalidades como o boxe formar uma equipe olímpica e o pagamento de ajuda de custo aos atletas. O remo importou equipamentos básicos da Espanha para os seus treinos. A canoagem está construindo uma pista de slalom para treinos na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro. E o tiro com arco conseguiu contratar um técnico em tempo integral.

As confederações receberam verba dez vezes maior para o Pan-Americano deste ano, comparado ao último. Somados os recursos da lei Agnelo Piva às verbas repassadas pelo Ministério do Esporte, cada confederação olímpica recebeu em média R\$ 900 mil em 2002. Em 1999 as confederações receberam cerca de R\$ 90 mil.

Embora dirigentes, técnicos e atletas afirmem que as reais transformações no esporte olímpico nacional só deverão aparecer em médio e longo prazos, os recursos da Lei Agnelo-Piva propiciaram aos atletas dessas modalidades condições de estrutura, preparação e intercâmbio internacional como jamais havia acontecido antes.

“A lei Agnelo-Piva já tem um resultado prático. Seu saldo é muito positivo, como o resultado do Pan



Público festeja com a equipe brasileira de basquete a medalha de ouro

confirma. Melhoramos em todas as modalidades, o nível técnico cresceu, a auto estima dos atletas melhorou muito. Eles sentem que tem apoio e podem, assim, representar melhor o país,” diz o ministro do Esporte Agnelo Queiroz, que passou cinco dias em Santo Domingo, onde acompanhou pessoalmente a instalação da equipe, inédita, de 700 atletas e técnicos brasileiros. Foi também a primeira vez que um ministro do Esporte esteve ao lado dos esportistas brasileiros num evento dessa natureza.

Na ginástica artística, foram criadas equipes olímpicas permanentes no masculino e no feminino. Os ginastas moram, treinam e têm todas suas necessidades – como faculdades gratuitas, atendimento médico, acompanhamento psicológico e nutricional – atendidas em Curitiba. “Temos uma estrutura de fazer inveja a muitos países tradicionais da ginástica”, admite a estrela da equipe, Daniele Hypólito.

A evolução no quadro de medalhas já pode ser observada: de uma prata e dois bronzes obtidos (todos pela ginástica feminina) em Winnipeg/1999, em Santo Domingo a modalidade saltou para um total de cinco pratas e cinco bronzes (três pratas e dois bronzes da equipe masculina).

No remo, a evolução também é evidente. No último Pan, a modalidade havia ganhado apenas uma medalha de prata. Em Santo Domingo, foram três pratas e três bronzes. Pudera: os R\$ 900 mil recebidos em 2003 propiciaram a importação de três barcos e 44 remos da Espanha, além de um período de 44 dias de competições e treinos na Europa. A equipe participou das etapas

de Milão e Munique da Copa do Mundo e esteve em Sevilha durante mais de uma semana para treinamentos. “Conseguimos manter as seleções juntas por mais tempo. Temos dinheiro para o deslocamento dos atletas e para mantê-los. Agora, sim, temos uma equipe”, afirma o técnico Rodney Júnior.

“Podemos nos planejar e, como a verba é recebida regularmente, estruturar planos para nosso crescimento. Já evoluímos muito, mas os ganhos maiores se darão a longo prazo”.

Um dos esportes que mais recebeu dinheiro proveniente da lei em 2002 – R\$ 1.606.432,61, segundo prestação de contas divulgada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) –, a vela investiu pesado em preparação técnica (49%) e em competições (35%).

Depois de conquistar apenas um ouro em Winnipeg com o já consagrado campeão Robert Scheidt, a modalidade levou três medalhas de ouro de Santo Domingo, mesmo tendo disputado três modalidades a menos do que há quatro

anos atrás. “Não é de um dia para o outro que se faz um campeão no esporte, o investimento da lei Agnelo-Piva vai começar a dar resultado a partir do Rio/2007 e Pequim/2008”, disse Walcles Figueiredo de Alencar Osório, presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor.

Os saltos ornamentais também apresentaram uma evolução incontestável em termos de resultado: a modalidade nunca havia conquistado nenhuma medalha em Pan-Americanos. Em 2003, mesmo competindo contra campeões mundiais canadenses e americanos, Juliana Veloso (uma prata e um bronze) e Cassius Duran (uma prata) subiram ao pódio, e César Castro acabou uma prova em quarto lugar.

Estes atletas têm recebido uma ajuda de custo mensal de R\$ 500. “Agora tenho excelentes condições de treino. Acho que boa parte desse resultado que consegui se deve à ajuda que a Confederação vem me dando”, disse Juliana Veloso.



Juliana Veloso: prata



O ministro Agnelo Queiroz com atletas em Santo Domingo